

Quanto ao item 9.15.3.

O CADRI deverá ser exigido para empresas que realizam atividades com resíduos perigosos e que estejam sob a jurisdição da CETESB, independentemente do estado de origem. No entanto, se a empresa não estiver localizada em São Paulo, passa-se a ser obrigatório apenas em casos onde haja operação (atividade que envolva transporte, destinação ou tratamento desses resíduos) para o estado de São Paulo.

Portanto, entendemos que, caso a empresa não esteja localizada e não opere dentro do estado, fica o referido documento dispensado.

Quanto ao item 9.15.4.

A Resolução ANVISA nº 306/2004, estabelece normas para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, incluindo os de classe I (perigosos), e determina que os resíduos hospitalares sejam transportados e acondicionados de forma segura e adequada.

A vistoria da Vigilância Sanitária tem como objetivo verificar se:

- O veículo está adequadamente identificado e se possui condições de transporte que atendem aos padrões de segurança.
- As condições de limpeza e manutenção do veículo garantem que não haja contaminação cruzada ou riscos de exposição.
- O acondicionamento dos resíduos nos veículos segue as orientações legais, como o uso de embalagens apropriadas, vedadas e seguras.
- A documentação e os registros de transporte estão em conformidade com a regulamentação e que o destino final dos resíduos é adequado.

Além disso, a vigilância sanitária pode orientar sobre as melhores práticas e fiscalizar o cumprimento das normas relacionadas ao transporte e disposição final dos resíduos, conforme as regulamentações locais e federais.

Essas vistorias são fundamentais para evitar riscos de infecção, contaminação e impacto ambiental, garantindo que os resíduos hospitalares sejam gerenciados de maneira segura e responsável. Salientando que o transporte engloba risco à esfera municipal.

O Art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, define que a fiscalização das condições sanitárias deve abranger todos os aspectos que possam afetar a saúde pública, incluindo o transporte de materiais e resíduos perigosos.

Salientamos a resolução ANVISA nº 306/2004, que estabelece os critérios para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), incluindo a coleta, transporte e disposição final. A norma trata diretamente sobre o manejo dos resíduos hospitalares, sendo uma das bases mais importantes para a atuação da Vigilância Sanitária Municipal. Em seu Art. 4º, a resolução classifica os resíduos hospitalares em diferentes categorias, destacando as de classe I (perigosos) e classe II (não perigosos), com exigências específicas para cada tipo de resíduo.

O transportador de resíduos hospitalares deve garantir que os resíduos sejam conduzidos de maneira segura e que o veículo esteja em boas condições de higiene e manutenção. A fiscalização se baseia neste princípio para garantir que as condições de transporte sejam adequadas.



A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) também aplica-se ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, estabelecendo a responsabilidade compartilhada entre geradores, poder público e sociedade para a gestão de resíduos.

Em Art. 33, estabelece que as empresas e órgãos responsáveis pelo manejo de resíduos, como as empresas de transporte de resíduos hospitalares, devem seguir as normas de acondicionamento e transporte para evitar riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Ainda que tempestivo a Resolução CONAMA nº 237/1997 (citada), e resolução CONAMA nº 358/2005 que trata da gestão de resíduos sólidos e estabelece normas para a gestão de resíduos de serviços de saúde, incluindo o descarte e transporte de resíduos perigosos, é importante salientar que não basta apenas basear-se na norteação da licença de operação, mas sim na fiscalização constante de todo o processo, incluindo veículos de transporte, sobretudo por apresentar desgastes contínuos. Logo, entendemos que os documentos, por si só, não de substituem. Devendo, portanto, serem complementares, cabendo a Vigilância Sanitária Municipal a obrigação de fiscalizar as condições de transporte dos resíduos hospitalares, incluindo os veículos utilizados para esse fim. As vistorias devem garantir que os veículos estejam em conformidade com os requisitos de segurança, higiene e adequação ao transporte de resíduos perigosos, conforme detalhado nas resoluções e portarias mencionadas. Além disso, a fiscalização deve verificar a correta documentação e o cumprimento das normas sobre o acondicionamento e transporte dos resíduos, prevenindo riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Retorne a Divisão de Licitação.

**Cristiano Henrique Teixeira da Silva Júnior**  
Assessor de Planejamento





**MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

FF0943BB5C204654AAED09AAE9B25CC7

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/FF0943BB5C204654AAED09AAE9B25CC7>